

## Seção Memória

# Entrevista com Nadya Araujo Guimarães

---

*Entrevista concedida<sup>1</sup> a José Ricardo Ramalho e Adalberto Cardoso*

**José Ricardo Ramalho:** Fale um pouco de você, Nadya, sua família, seus pais, tipo de educação, como chegou à Universidade etc. Vamos começar por aí?

**Adalberto Cardoso:** ... e por que chegou à Sociologia.

**Nadya Araújo Guimarães:** Esta é uma história longa. Vou tentar ser breve. Na verdade, a minha origem familiar não é muito diferente daquela que caracteriza muitas das pessoas que atuam no nosso campo, o que pude observar, com o passar do tempo e convivendo com colegas, profissionais de Ciências Sociais. A maioria de nós provém de segmentos da classe média, de pais que prezavam a ideia do sucesso pelo estudo. Uma espécie de antevisão do que você pode vir a ser, cunhada pelo imaginário dos pais. Um imaginário muito fortemente comprometido com as ideias de que sim, é possível progredir; sim, estudando dá; sim, a mobilidade existe; sim, você se faz.

Perdi a minha mãe muito cedo e cresci com minha avó, meu avô e uma tia; parentes que escolhi, aos oito anos, para que me criassem; mas, esta é uma outra história, muito longa. O meu avô era um filho de português que, conquanto nascido no Brasil, acreditava-se um lusitano: cultivava todas as marcas físicas e simbólicas dessa pretensa identidade, do farto bigode ao fado (que se ouvia regularmente em casa), sem contar que acompanhávamos o futebol português. Para ele, as suas duas filhas tinham que ser professoras, “normalistas”; e, de fato, ambas fize-

ram curso normal. A minha mãe casou um pouco depois de diplomar-se, e morreu muito cedo. Minha tia, entretanto, enquanto fazia o curso que denominávamos “Normal” (para normalistas), anunciou que não queria ser professora primária, mas sim médica. Frente à resistência do pai, para quem a medicina não era uma profissão para mulheres, ela lhe propôs um pacto: faria o curso Normal durante o dia e, em troca, ele a deixaria cursar em paralelo, à noite, o antigo “Científico”. Ora, imaginem isso, nos fins dos anos 1940, início dos anos 1950! E ela assim fez: pelas manhãs seguia os estudos para professora, e ia à noite, sozinha, fazer a sua segunda (e simultânea) formação secundária, que lhe daria a chance de um vestibular para acesso à carreira de medicina. Uma vez formada, ela os sustentou, e toda a mobilidade social da nossa (pequena) família se fez por intermédio do seu sucesso profissional. Uma história fantástica, de determinação, de capacidade de fixar-se objetivos, ao arrepio das condições estabelecidas a partir dos papéis sociais de sexo.

Bem, tudo isso para que vocês possam entender o porquê da minha chegada absolutamente tortuosa à Sociologia. Na adolescência, claro, frente a esta forte figura feminina, meu *role model*, ansiava em ser médica. Tinha enorme prazer em visitar pacientes aos domingos, acompanhando minha tia aos hospitais. Por isso mesmo, findo o Ginásio, fui para o curso Científico, preparando-me para ser médica; mais precisamente, para ser uma cirurgiã pediátrica, meu alvo profissional.

**José Ricardo:** Em Salvador?

**Nadya:** Em Salvador, no Colégio de Aplicação, um seletivo colégio experimental, ligado à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, onde eu fiz o Ginásio e o Colegial. À época, o Colégio de Aplicação tinha por norma fazer testes vocacionais na quarta série, ao final do Ginásio, mas, por alguma razão que ignoro, isso não ocorreu com a minha turma, e eu fui para o Científico. Tanto porque queria ser médica, como porque, militante, detestava o que classificava como “a frescura das meninas do Clássico”; e essa opção era uma boa forma de me ver livre delas. Ademais, as minhas melhores amigas também estavam no Científico. Tudo começou a mudar quando a escola decidiu, mesmo com atraso, aplicar o teste vocacional, quando já estávamos em meio ao primeiro ano do Científico. No meu caso, o teste apontou uma clara propensão para o campo das Humanidades, e não para Ciência... Fiquei atônita e reagi incisiva, “... *mas eu não me sinto desadaptada*”. Afinal, tinha ótimas notas, adorava o curso que frequentava, e ia muito

bem, mesmo naquelas matérias que não costumam ser o forte da maior parte dos cientistas sociais (como matemática, física, química...). E, sobretudo, não me conformava em ter que mudar de curso, de planos profissionais e de grupo de referência. De tanto insistir, o Colégio propôs um acordo: começar o ano seguinte no Clássico, com o compromisso de poder retornar ao Científico, caso a pretendida adaptação não se verificasse. A experiência foi reveladora: senti que aquela era a minha praia; no novo curso, todo o investimento intelectual se mostrava imensamente mais rentável, e sobretudo muito mais prazeroso. Diante disso, já não voltei para o Científico e aposentei os planos de ser médica.

Uma vez no Clássico, decidi que ia fazer História, disciplina que adorava; era encantada por meus professores. Ademais, frequentava (como ouvinte, ou “penetra”, como dizíamos) as aulas de Katia Mattoso, que posteriormente se tornaria titular da primeira cátedra em História do Brasil em Paris-Sorbonne, e que, nessa época, lecionava na Universidade Católica de Salvador. Assim decidida, fiz vestibular, em fins de 1967, para ingresso na Universidade de Brasília, naturalmente no curso de História. Comecei na UnB em março de 1968. Os quatro primeiros semestres de estudos formavam o que se denominava “ciclo básico”, que reunia todos os 120 novos estudantes recrutados nas várias áreas das Humanidades; eles haviam optado por história, ciências sociais (e ambos os cursos recrutavam naquele ano as suas primeiras gerações de graduandos), jornalismo, direito, economia, administração. Após um ano e meio, no terceiro semestre, começávamos as primeiras disciplinas que apontavam para a futura especialização profissional, nas carreiras escolhidas. Findo o ciclo básico, claro, iniciei o ciclo profissional em História.

**Adalberto:** A Universidade de Brasília, à época, seguia o modelo concebido por Darcy Ribeiro?

**Nadya:** Sim, tal como havia sido concebida e implantada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Uma concepção de ensino e de estrutura institucional inspirada na experiência norte-americana, com departamentos fortes, docentes em dedicação exclusiva, estrutura curricular fundada na concepção de que um ciclo básico comum deveria anteceder a formação profissional especializada, e sobretudo assentada na ideia de flexibilidade curricular, que dava ao aluno a autonomia para cumprir o seu currículo (por assim dizer, máximo) com o tempo e a variedade de disciplinas que lhe aproovessem. Essa foi a grande avenida aberta para a minha formação. Ali a estrutura curricular apenas estabelecia o míni-

mo, e não lhe privava de enriquecê-lo na direção que quisesse, muito ao contrário; ou seja, o aluno inovava em torno da grade curricular mínima estabelecida, criando os contornos próprios para a sua formação tal como pretendida.

Apesar disso, quando da minha chegada, a área de Humanidades na Universidade estava devastada no que concerne ao corpo docente. A UnB ainda apresentava as marcas da crise que eclodira em 1965, um ano após o golpe militar de 1964, quando, na sequência de duas invasões policiais e algumas demissões de docentes por razões políticas, 223 dos seus 305 professores pediram voluntariamente o seu desligamento da instituição. Desnecessário dizer que a área de Humanidades contribuiu maciçamente para engrossar o contingente dos que se exoneraram. Assim, em 1968, quando da minha chegada, parcela importante dos docentes, contratados em substituição aos que se haviam demitido, deixava muito a desejar. Uma nova gestão na Reitoria da Universidade, e sob o comando do então Vice-Reitor, José Carlos de Almeida Azevedo, resolvera solicitar um parecer de avaliação do corpo docente do Instituto Central de Ciências Humanas a um cientista social brasileiro, com expressiva experiência internacional, o professor Glaucio Ary Dillon Soares, então lecionando nos EEUU. Tem início, então, uma expressiva renovação dos quadros docentes nos campos da Sociologia e da Antropologia, inicialmente, e posteriormente da Economia. A UnB contrata o já renomado antropólogo Roque de Barros Laraia, que renova o Departamento de Ciências Sociais, e recruta, em regime de dedicação exclusiva, um grupo expressivo de intelectuais brasileiros, alguns dos quais respondiam à época inquérito policial militar (casos de Maurício Vinhas de Queiroz e de Helga Hoffman, vindos do Rio de Janeiro).

Já o antigo Departamento de História e Filosofia, o Departamento em que fazia a minha formação profissional, funcionava sob melhores condições. Tinha se preservado, em torno da figura notável de um intelectual português exilado do Salazarismo, o Professor Eudoro de Souza. Ele montara uma sólida equipe na área de História Antiga e seguia animando o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, depois do desligamento do Professor Agostinho da Silva, outro muito conhecido intelectual anti-salazarista português, que também se radicara no Brasil.

Meus interesses intelectuais começaram a se redefinir quando ainda estava no segundo ano do ciclo básico e cursei uma disciplina de

“Iniciação à Antropologia”, ministrada por Roque Laraia. Fiquei verdadeiramente encantada. A partir daí passei a fazer todas as disciplinas de Antropologia que se ofereciam. Fiz uma segunda com Júlio Cezar Melatti, uma terceira novamente com Roque, uma quarta com Roberto Cardoso de Oliveira, que se deslocara para a UnB, vindo do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Tirava, assim, todo proveito da flexibilidade curricular: ou seja, mesmo já tendo entrado no ciclo profissional de História, onde fazia parte da primeira turma de estudantes de graduação, era possível seguir todas as disciplinas em Antropologia.

A essa altura eu já trabalhava regularmente como monitora no Departamento de História e Filosofia; inicialmente, com o prof. Eudoro de Souza, em Antiguidade Clássica; em seguida, em Antiguidade Oriental, com o professor Emanuel Araujo; e finalmente em História do Brasil com a Profa. Adalgisa Vieira do Rosário, sob cuja supervisão comecei a desenvolver um projeto de pesquisa sobre judeus e cristãos novos no Brasil Colonial. A UnB era um pequeno mundo onde todos se conheciam. Glaucio Soares, que se tornara professor da Universidade, passava regularmente na sala de Adalgisa, minha orientadora e, em meio às conversas entre eles, volta e meia me provocava, dizendo: “*Menina, o que você está fazendo aí? Eu sei que você tem as matérias de Ciências Sociais*” (A essa altura, além das disciplinas em Antropologia, eu já acumulava outras em Sociologia do Desenvolvimento, com Mauricio Vinhas, em Sociologia Urbana, com Fernando Correa Dias, em Estratificação Social, com o próprio Glaucio Soares). Não sem razão ele ponderava: “*Você pode terminar a graduação de Ciências Sociais. Aqui vamos iniciar um mestrado, e a história não tem ainda mestrado; vamos ter seleção para auxiliar de ensino, e a história não tem em vista selecionar auxiliares de ensino... Termine a sua graduação em Ciências Sociais e depois você termina a sua graduação em História, se, depois disso, você ainda gostar dessa disciplina...*” Assim, quando estava em vias de iniciar o último ano de História, decidi não me matricular nas disciplinas do quarto ano – essa era outra vantagem do esquema curricular flexível – e me concentrei nas que me permitiram graduar em Ciências Sociais, como parte da primeira geração de egressos da UnB. Minha dissertação final de graduação, orientada por Glaucio Soares, foi na área de Sociologia Eleitoral, e se constituiu num estudo sobre os determinantes socioeconômicos do radicalismo eleitoral em Goiás. Fiz a graduação entre 1968 e 1971, e apesar de todo esse investimento duplo, me formei com três anos e meio, em julho de 1971.

Neste mesmo mês, fiz o concurso para auxiliar de ensino e comecei a lecionar no Departamento de Ciências Sociais, ao tempo em que fazia o Mestrado em Sociologia, o que era compulsório, à época, neste tipo de contrato. Esta foi outra experiência fantástica. Como auxiliar de ensino, fui integrada à equipe de professores de “Iniciação à Metodologia Científica”, coordenada por Vilma Figueiredo, proveniente do IUPERJ. Era em equipe que tudo se discutia e acordava, desde os exemplos a utilizar em sala de aula no trabalho com os textos (selecionados, em conjunto, pelos professores da matéria) até as provas, formuladas também em equipe para garantir um mesmo padrão de rigor nas avaliações, posto que esta disciplina era obrigatória para toda a área de Humanidades. Ao mesmo tempo fazia o Mestrado em Sociologia, lecionando uma única turma na graduação, com um salário muito bom para a época, muito melhor do que a bolsa de mestrado.

**José Ricardo:** Desse período que você estudou na UnB, fale um pouco do contexto, da ditadura, enfim a influência da ditadura nesse tipo de formação nas Ciências Sociais na UnB.

**Nadya:** Este é um tema interessante a ser tratado do ponto de vista de quem estava, como eu, em Brasília. Isso porque a UnB pode ser considerada um caso especial. Criada no início dos anos 1960, em moldes pedagógica e institucionalmente revolucionários para a época, era a mais nova universidade brasileira de então. Entretanto, localizada em Brasília, a sede do governo nacional, tornou-se uma caixa de ressonância importante dos embates políticos travados após o Golpe de 1964.

Fiz a graduação entre 1968 e 1971, e o Mestrado entre 1971 e 1973 (defendi tese em 1974), ou seja, no exato momento do endurecimento da ditadura, pós o Ato Institucional No. 5, editado em 1968. Vivi a mais violenta invasão da Universidade, em 1968, quando cerca de 500 estudantes foram presos numa quadra de basquete, no campus. Este é um momento que está retratado com enorme riqueza e sensibilidade no filme “*Barra 68*”, de Vladimir Carvalho. Aliás, a expressão “barra 68” que dá título ao filme, guarda uma ambiguidade de sentido, uma sutileza, que só um “nativo” da UnB decodifica. Por um lado, e isso é claro para todos os que dominam o linguajar da época, sugere que o ano de 1968 havia sido “uma barra”, ou seja, um momento difícil de ser vivido. Mas, por outro lado, alude ao modo como costumávamos ser identificados, pelo número de matrícula, que continha duas partes, a primeira sendo o número de ordem na colocação do vestibular, e a segunda o ano de

ingresso, a geração a que se pertencia, separadas por uma barra... Assim, eu era 12/68 (dizia-se “12 barra 68”, ou seja, ingressara em 1968 e havia obtido o 12º lugar na classificação geral do vestibular unificado, outra novidade que Brasília estreara). Isso me permite retornar à pergunta: ser “barra 68”, como nos tratávamos, ou seja ter ingressado em 1968, significava também, e como muito bem alude o título do filme de Vladimir Carvalho, ter vivido, em Brasília, “a barra pesada” que se instaura a partir daquele ano.

Acompanhei a chegada e ascensão de José Carlos de Almeida Azevedo, um capitão de Mar e Guerra, PhD em física do estado sólido pelo Massachusetts Institute of Technology, que assume a Vice-reitoria em 1968 e que, no curso de um ano, trouxe para o seu posto todas as funções antes centralizadas no Gabinete do Reitor. Sua gestão na UnB foi longa, entre mandatos como Vice Reitor e Reitor (reeleito) e crucial para entendermos o desenrolar desta conjuntura. Nela, a política estudantil era objeto de repressão dura. A UnB expulsou, e já a partir do início de 1969, com base no Decreto-Lei 477 (criado para criminalizar o movimento estudantil), uma quantidade importante de estudantes, que ficaram, com isso, privados de matricular-se em qualquer instituição pública de nível superior e, evidentemente, tornaram-se alvos da repressão militar. Curiosamente, neste contexto de total ausência de complacência com o militante de esquerda, o marxismo podia entrar na sala de aula. O meu primeiro curso de leitura d’*O Capital* (voltado para análise do Livro I), foi ministrado na Pós em Sociologia, em 1972, pelo Professor Lauro Campos, da Economia da UnB, que veio a ser depois senador pelo PT. Ou seja, em se tratando do debate de ideias, o marxismo era parte do espectro do possível; todavia, enquanto base para a ação política dentro da Universidade, entrava para o espaço do interdito.

Mas, e por outro lado, a UnB não estava numa redoma: vivíamos em Brasília, era o período da ditadura, entende? Havia, como em todas as outras universidades, professores perseguidos e foragidos (foi o caso do Professor Emanuel Araujo, da História, com quem eu trabalhara); e havia também os alunos regulares que eram ligados a órgãos de segurança... Nunca me esqueço algo que se passou quando lecionava “Iniciação à Metodologia Científica”. Usávamos, no nosso “*Caderno de Textos*”, uma edição de extratos de um capítulo metodológico de Caio Prado Junior, conhecido historiador brasileiro, ligado ao Partido Comunista; certo dia, na aula, quando íamos discutir este texto, um aluno coloca sobre a minha mesa o recorte de jornal que noticiava a prisão de Caio

Prado; sua feição ameaçadora falava por si, e não havia mais nada a dizer, apenas a ameaça... Entende?

Foi, enfim, um período muito duro; política e academicamente muito difícil pelos danos à liberdade intelectual no país como um todo. Mas, ao mesmo tempo, não deixava de ser muito estranha, à época, a permissividade ao debate de ideias dentro dos cursos que caracterizava as Ciências Sociais na Universidade de Brasília. E Azevedo sempre se vangloriou disso. As ideias contestatórias, críticas, de esquerda, em suma, eram para ser debatidas, não para ser praticadas. Não era assim em outros lugares. Na Bahia, por exemplo, de onde eu saíra ao final do curso médio, concursos docentes poderiam ser vencidos no mérito, mas nomeações não se completavam por veto dos organismos de segurança e informação ligados aos militares.

**Adalberto:** Até na USP, as cassações todas...

**Nadya:** ...na USP, vimos professores permanentes serem postos para fora. Já na UnB Azevedo contratava docentes que respondiam inquérito policial militar. Ou seja, não deixa de ser interessante essa ambivalência. O seu primeiro período como Vice-reitor, e mesmo o primeiro período como Reitor, foram fortemente marcados por um certo *ethos* conservador do ponto de vista político, mas liberal do ponto de vista intelectual, e mesmo da gestão universitária. Quem sabe reflexo da formação recebida no MIT. Depois, e já minhas informações são esparsas por ter acompanhado os fatos de longe, no bojo das sucessivas negociações para permanência à frente da condução da Universidade, mudam-se regras, e aí a história da UnB parece vir a tomar outros rumos, dos quais já não sou a melhor pessoa a falar.

**José Ricardo:** Você começou dando aula no Departamento de Ciências Sociais da UnB?

**Nadya:** Naquela época era Departamento de Ciências Sociais; a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política estavam juntas. Roque Laraia chega primeiro, re-organiza o Departamento e comanda as contratações que, como disse, se sucederam à demissão dos professores de nível médio que haviam ascendido à Universidade após a iniciativa coletiva de rescisão de contratos em 1965. Com Roque vem Julio Cezar Melatti. Dois anos depois chega Roberto Cardoso de Oliveira. Com Roberto vêm pesquisadores importantes do Museu Nacional, como Alcida Ramos; com Gláucio já tinha vindo Mireya Suarez, antropóloga, e se in-

tegram também Klaas e Helen Woortman, que haviam estado na Bahia. Estava formado o embrião de uma área bastante forte em Antropologia. No que concerne à Sociologia, o próprio Gláucio arregimentou algumas outras pessoas dos EUA, como Alexandre Barros, que tinha uma bela formação em Chicago na área de Sociologia das Organizações e Relações Industriais; e Elcio Ulhoa Saraiva, então recentemente doutorado por Wisconsin, Madison, e que foi outra aquisição marcante para nossa formação. De Minas veio Fernando Correa Dias e, do Rio, Mauricio Vinhas de Queiroz. Como professores visitantes, recebíamos regularmente renomados cientistas sociais brasileiros, perfeitamente sintonizados com o debate internacional, que reforçaram o Departamento e contribuíram para minha formação; foi o caso de Vilmar Faria e Antonio Octavio Cintra, ambos formados nos EEUU. E norte-americanos que, por razões diversas, optavam por fazer a vida acadêmica no Brasil, casos de Donald Holsinger e David Fleischer. Enfim, o ensino e a pesquisa em Ciências Sociais na UnB, tal como reformados a partir dos anos 1969, se organizavam em torno de um Departamento muito forte, vigoroso e atualizado; um senhor Departamento! À carta branca política dada pela Reitoria se somava o suporte financeiro de uma sólida dotação da Fundação Ford, cujo escritório no Brasil, se não me engano, era dirigido por Jorge Balán.

Foi um privilégio ter vivido esta experiência! Nós éramos cinco alunos na primeira turma de graduados em Ciências Sociais, e ingressei na segunda geração do Mestrado em Sociologia. Tínhamos, além de professores notáveis e inteiramente dedicados a nossa formação, uma excelente Biblioteca e acesso irrestrito ao Centro de Processamento de Dados da Universidade, onde eu entrava regularmente com as minhas caixinhas de cartões debaixo do braço (sim, porque era com cartões perfurados que trabalhávamos à época!!!), seja para rodar os meus próprios dados, seja para rodar dados de Gláucio Soares, de quem fui monitora no último ano da graduação, e que finalizava, então, o seu livro *Sociedade e Política no Brasil*. Era uma outra vida, era um outro mundo!

**José Ricardo:** Você fica nisso, então, até 1973. E depois, o que acontece?

**Nadya:** Em 1973 terminava meu contrato de dois anos, não renováveis, como auxiliar de ensino. Gláucio Soares, meu orientador, recebera um convite para lecionar na Universidade de Cornell. Ele nos convida, a Sergio Abranches (colega da graduação e do mestrado) e a mim, para seguirmos com ele e iniciarmos o doutorado em Cornell.

Sérgio foi e ali completou o doutorado. Eu tinha acabado de casar. O meu marido fazia uma pós-graduação no IPEA/CENDEC e não era parte dos seus planos sair do Brasil. Decidi não ir. Com a saída de Gláucio, finalizei a minha dissertação sob a supervisão de Bárbara Freitag, brilhante intelectual que recentemente chegara da Alemanha e fora recrutada pelo Departamento.

Na verdade, quando estava escrevendo a minha dissertação, comecei a articular a minha ida para o Rio. Gláucio me encaminhou para duas entrevistas, uma no IUPERJ, com o Amaury de Souza, e outra na Fundação FGV, com Simon Schwartzman, acho que, então, na EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública). Meu marido também tinha uma chance no Rio, e estávamos animados com os planos de mudança futura. Casualmente, entretanto, saímos para jantar com uma pessoa que à época tinha uma posição muito importante na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que estava negociando um grande projeto de pesquisa para avaliação da reforma universitária nas universidades federais brasileiras, o então professor Jorge Hage Sobrinho, e que veio a ser o Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União nos Governos Lula e primeira gestão de Dilma. Durante o jantar, claro, conversamos sobre o tema da pesquisa que ele ia iniciar, o qual não deixava de me interessar posto que uma amiga e colega da UnB, Maria do Carmo de Lacerda, fazia sua dissertação justamente sobre o assunto. Na manhã seguinte, recebo, na UnB, um telefonema de Jorge Hage, que me convidava para participar da equipe de coordenação nacional desse projeto, a sediar-se na Universidade Federal da Bahia, num centro de pesquisas então ligado à Escola de Administração, onde Jorge lecionava – o Instituto de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP). Isso, claro, mexeu com outros sentimentos e desarrumou meus planos de ida para o Rio. Ademais, coincidiu com um outro convite, recebido quase ao mesmo tempo por meu marido para se engajar num projeto de desenvolvimento urbano, a sediar-se também na Bahia.

**José Ricardo:** Ele era baiano?

**Nadya:** Ele é baiano. Acabamos, então, por retornar para a Bahia, onde uma nova etapa da minha carreira teve lugar, entre 1973 e 1995. Durante os dois primeiros anos, 1973 e 1974, engajei-me no projeto para avaliação da implantação da reforma universitária, no ISP, sob a coordenação geral de Jorge Hage Sobrinho. Um período cheio de novidades posto que, tendo chegado à Bahia em julho de 1973, já em dezembro

nascia a minha primeira filha, Joana; o parto se deu em pleno pré-teste para o trabalho de campo numa pesquisa nacional e, como se isso fosse pouco, em meio à finalização da redação da minha dissertação, que defendi, na UnB, em junho de 1974. Continuei no ISP até 1975, tendo atuado em diferentes projetos, como consultora. A partir de 1974, entretanto, meu vínculo com a UFBA passou à condição de professora do Departamento de Sociologia, onde ingressei como Auxiliar de Ensino por concurso; ali passei a Professora Assistente em 1979 e a Adjunta em 1983. Permaneci na UFBA até 1996, quando me aposentei deste vínculo com o governo federal, depois de 25 anos de trabalho.

**Adalberto:** Conta um pouco dessa sua história na Bahia. Sua trajetória na Sociologia do Trabalho começou por lá, não?

**Nadya:** Com Gláucio Soares, na UnB, eu me voltara para a área da Sociologia Política, mais exatamente para a Sociologia do Comportamento Eleitoral. Na minha dissertação de graduação, um estudo sobre as “*Determinantes socioeconômicos do voto de esquerda em Goiás*”, havia analisado as eleições proporcionais, federais e estaduais, ocorridas naquele estado entre 1945 e 1970. Segui o comportamento do voto de contestação e explorei seus determinantes, seja quando existiam um partido e uma candidatura da esquerda (Luiz Carlos Prestes, em 1945, e o PCB em 1947), seja num período em que uma candidatura de esquerda se expressava sem um partido comunista (em 1962, com José Porfirio de Souza, um importante líder camponês que concorreu em eleição proporcional), seja, já sob a ditadura, analisando os votos nulos conferidos em 1970 (ou seja, a contestação de esquerda que já não tinha partido ou candidato que pudessem lhe servir de conduto). O argumento inspirava-se nas ideias de Gláucio sobre a inexistência de uma relação necessária entre radicalismo político e desenvolvimento do capitalismo; dizendo-o de outro modo, que o desenvolvimento do capitalismo não produz por si só o radicalismo político. Essa relação, argumentava Gláucio, era fortemente mediada pelo que, na época, denominava-se “desenvolvimento social”; era a magnitude do hiato entre desenvolvimento econômico capitalista e desenvolvimento social que explicaria, para Gláucio (e eu o seguia) a emergência do radicalismo político, que acompanhávamos em sua vertente eleitoral. A minha dissertação tocara um caso, por assim dizer, extremo: Prestes, principal dirigente comunista brasileiro havia tido uma performance eleitoral fantástica em Goiás, um estado assentado na produção agrícola e muito pouco urbanizado à época; e para analisá-lo

busquei associar o meu pendor de historiadora ao meu lado de socióloga. Tanto lancei mão de sofisticados (para a época) modelos de análise de regressão, como retomei a pesquisa documental para seguir a trajetória da Coluna Prestes pelo interior de Goiás, de modo a acompanhar os votos que Prestes foi capaz de arregimentar depois, em 1945. Foi fantástico! Vivía internada no Tribunal Regional Eleitoral em Goiânia, captando dados das zonas eleitorais de Goiás em 1945, revirando atas manuscritas para recuperar votações por zonas eleitorais.

Pois bem, cheguei à Bahia com esse interesse pelo radicalismo político de esquerda em sua versão eleitoral. Pouco depois da minha entrada no Departamento de Sociologia, coincidiu de Inaiá Maria Moreira de Carvalho, colega do Departamento, haver terminado uma pesquisa, sob coordenação de Clóvis Cavalcanti, do Instituto Joaquim Nabuco, em Pernambuco, intitulada “Problemas de Emprego em Áreas de Urbano-Marginais”, tema de todo atraente à época. O estudo feito na Bahia se assentava num levantamento amostral, em Salvador e duas outras cidades do interior baiano, em que fora aplicado um questionário; nele, além das variáveis relativas à situação ocupacional, continha-se um interessante conjunto de perguntas atitudinais, notadamente voltadas a atitudes políticas. Com base nesse banco, escrevemos juntas e apresentamos na SBPC, em julho de 1976 (na verdade, foi Inaiá quem apresentou, porque Pedro, meu segundo filho, tinha acabado de nascer em 4 de julho), um texto que se intitulava “*Atitudes Políticas e Marginalidade: um estudo de caso*”, posteriormente publicado (em 1977) na revista *Ciência e Cultura* da SBPC. Nele analisávamos a relação entre a natureza da inserção no mercado de trabalho e as probabilidades de radicalismo político, de modo a entender como variava a propensão a atitudes ideologicamente de esquerda em função de certas situações ocupacionais. Claro que o pano de fundo era dado pela discussão, quente àquele momento, sobre o potencial político disruptivo dos chamados “grupos marginais”, frente a uma classe operária que parecia pouco afeita a dirigir grandes transformações sociais, numa América Latina ainda em vias de consolidar a sua indústria e desafiada pela integração a um capitalismo monopólico.

Neste momento, a discussão sobre os elos entre marginalidade e política estava fortemente marcada, no Brasil, pelo estudo de Janice Perlman feito em favelas do Rio, e que era parte de um caldo mais geral de discussão que envolvia as análises sobre “*callamperos*” no Chile, ou sobre “*marginados*”, no México, e que ecoavam nos Estados Unidos em

reflexões como as de Wayne Cornelius. No Brasil, o debate sobre marginalidade animava a reflexão de uma linhagem de jovens pesquisadores que viriam a se tornar esteios no avanço da ciência social brasileira, como Vilmar Faria e Lucio Kowarick, em São Paulo, Luis Antonio Machado da Silva, Renato Boschi e Lícia do Prado Valladares, no Rio.

Nesse ínterim, deu-se a minha mudança para o México. A ida para o México foi muito importante porque consolidou esse início de trabalho com o tema das populações urbano-marginais, dando o empuxe para que minha pesquisa passasse, dali em diante, a se localizar no campo da Sociologia do Trabalho.

Impossível deixar de registrar que o meu processo de busca por um local para doutoramento no exterior (que fosse intelectualmente atraente, mas também conveniente em termos familiares) teria sido impossível não fora o estímulo e, sobretudo, a ajuda, com contatos e cartas de referência, de dois dos meus professores da UnB, Roberto Cardoso de Oliveira e Barbara Freitag.

**Adalberto:** Ou seja, você manteve as suas relações com o pessoal da UnB...

**Nadya:** Claro, como você vai perder essas relações! Elas eram imperdíveis; e não apenas do ponto de vista intelectual ou profissional, mas do ponto de vista humano. Em uma das minhas idas a Brasília, em 1974, para apresentar resultados do projeto sobre a reforma universitária e também discutir avanços na dissertação com minha orientadora, Roberto Cardoso de Oliveira, então parceiro de Rodolfo Stavenhagen, diretor do Centro de Estudios Sociológicos do Colegio de México, me fez saber que El Colegio abria um programa de doutorado em Sociologia, que já havia sido feita a primeira seleção e estavam prestes a dar início à sua segunda promoção, posto que não admitiam gerações simultâneas. O México tornara-se o escaudouro natural onde se aninhara importante parcela de intelectuais latino-americanos, banidos ou foragidos de seus países após os golpes militares, notadamente no Chile e na Argentina; sem contar que para lá também haviam se dirigido importantes pensadores brasileiros quando irrompeu a repressão no nosso país.

O Colégio do México tinha, para mim, uma grande vantagem intelectual: a perfeita continuidade com a minha formação na UnB. Ali eu me senti em casa; vários ex-alunos de Gláucio Soares formavam o corpo docente (como Orlandina de Oliveira, Ricardo Cinta e Jose Luis Reyna).

Fiquei um ano letivo no doutorado do Colégio do México. Um programa de pós-graduação pensado à americana, que aceitava alunos a partir da graduação, e que integrava Mestrado e Doutorado. Primeira dificuldade, os meus colegas estavam fazendo o Mestrado, eu já tinha o tinha completo, com dissertação defendida.

**Adalberto:** Era um doutorado em seis anos?

**Nadya:** Ao fim de contas, sim. Era um Doutorado em que os três primeiros anos eram inteiramente dedicados à realização de disciplinas. Ao final do segundo ano, apresentava-se o que eles denominavam *tesina*, uma dissertação de Mestrado, e, uma vez aprovados os exames de qualificação, no final do terceiro, preparava-se um projeto de tese doutoral, no qual se trabalharia nos anos subseqüentes.

Fui liberada da *tesina*, bem como do “período propedêutico”, que era um semestre adicional, de cursos intensivos, que antecedia o início da formação regular, dedicado ao nivelamento dos alunos, já que estes vinham de diferentes partes da América Latina e de distintas instituições do México. Apesar dessas vantagens, foi complicado revalidarem-se os cursos que haviam sido feitos anteriormente, no Mestrado da UnB, posto que, inexistindo oferta de disciplinas para gerações simultâneas, os programas eram concebidos à medida que a disciplina entrava na grade de oferta; logo, revalidações só poderiam ser julgadas nesse momento. Para mim, era a imprevisibilidade dos compromissos discentes. Assim, das quatro disciplinas obrigatórias do primeiro semestre, tive a possibilidade de pedir isenção de três; mas isso só foi ocorrer quando já estávamos quase ao fim do semestre. O mesmo se repetiu no segundo semestre; pedi reconhecimento de uma disciplina, o que só obtive quando a mesma já estava com seu transcurso avançado. Tal como no primeiro semestre, decidi cursar as disciplinas, obter boas notas e, diante do horizonte de repetir esta experiência a cada semestre, pleitear junto ao CNPq, organismo que patrocinava meu doutorado, autorização para me transferir para o programa doutoral de Sociologia da Universidad Nacional Autónoma de México, a UNAM. Isso porque, não podendo obter mais que três anos de afastamento, sabia das dificuldades que teria que confrontar ao voltar ao Brasil, ao final do período, com não mais que os créditos-disciplina e um projeto de tese. Uma dura carga didática me esperava na UFBA, onde um docente lecionava à época, a cada semestre, duas disciplinas, quando não três. Obtida a autorização do CNPq, fiz a seleção para ingresso no Programa Doutoral em Sociologia da Facultad de Ciencias

Políticas y Sociales da UNAM, que iniciei em 1977, tendo finalizado os créditos em três semestres.

Do Colegio de México ficaram muito mais que apenas boas recordações e ganhos intelectuais reunidos nas disciplinas que ali cursei. Segui integrada com meus antigos colegas, entre os quais estava Enrique de la Garza, como estudante regular do curso preparatório para o *First Certificate* de Cambridge, um curso que me foi generosamente pago pelo Colegio, mesmo já não sendo mais sua aluna. Ademais, a infraestrutura para o trabalho intelectual era imperdível e jamais seria por mim abandonada. A notável Biblioteca Daniel Cosío Villegas seguiu sendo o meu local de trabalho, dia após dia, nos dois anos que se seguiram ao meu desligamento.

Uma vez na UNAM, ingressei no seminário de orientação dirigido por Ruy Mauro Marini, influente intelectual brasileiro radicado no México, em exílio, com quem desenvolvi a minha tese. O trabalho teórico versava sobre as formas de organização e ação política dos trabalhadores que categorizávamos como parte de um “exército industrial de reserva”, tentando trazer o debate sociológico sobre a marginalidade para o leito da reflexão marxiana sobre emprego e desemprego. Um movimento em que o pensamento marxista clássico resultava temperado. Temperado, em primeiro lugar, no que concerne ao escopo da categoria chave da minha análise, enriquecida com as contendas sobre as especificidades históricas da superpopulação relativa em sociedades dependentes, sob o capitalismo monopólico, à luz das ideias produzidas, desde os fins dos 1960, por José Nun e Anibal Quijano, no Chile, mas também por Francisco de Oliveira e Lucio Kowarick, no Brasil. Mas temperado também no que concerne às expectativas relativas ao protagonismo político desses atores, onde a teoria clássica passava a estar banhada nas tintas do marxismo italiano de inspiração gramsciana, que tinha como expoentes Galvano Della Volpe, Lucio Colletti e Mario Dal Pra, pensamento em que me aprofundara, na UNAM e no Colegio, pelas mãos de Hugo Zelman, intelectual chileno igualmente exilado no México. Desse momento em diante meu projeto intelectual passaria a fincar-se num campo balizado pelos elos entre trabalho e participação política.

**Adalberto:** Você chegou a publicar sua tese?

**Nadya:** Na íntegra, não, conquanto Marini me houvesse instado a fazê-lo, ainda no México. Partes dela, sim. Uma parte da discussão teórica saiu publicada no México e depois no Brasil; o mesmo aconteceu com

a parte relativa à análise de dados ocupacionais. Mas a primeira coisa que quis publicar no Brasil foi um capítulo que se somou à tese quase no apagar das luzes do seu preparo. Retomo este assunto por ser deveras interessante (e oportuno, pois por causa dele estou de novo em Brasília neste momento).

A minha tese, ou o núcleo duro do seu argumento, era um estudo sobre formas de inserção não assalariada; sobre as formas não capitalistas no capitalismo. Não estava, entretanto, propriamente assentada na análise do desenvolvimento dessas formas, ao modo do que brilhantemente haviam feito Chico de Oliveira, Lucio Kowarick e Luiz Antonio Machado da Silva. O que mais me interessava era refletir sobre as possibilidades de ação política desses indivíduos. O argumento principal da tese era de que não se pode imputar à forma de inserção econômica, e às contradições advindas desta inserção produtiva, as chances de consciência política. Havia que entender que este determinante econômico agia mediado, ou sobredeterminado (ao modo do althusserianismo que ainda fazia furor no início dos anos 1970) pelo efeito da conjuntura. Assim, quanto mais favorável fosse a conjuntura política às relações de força à esquerda, maiores as possibilidades de aliança entre os segmentos que denominávamos, seguindo Marx, de “ativa e reserva” da classe trabalhadora; e maiores as possibilidades de ação política – para dizê-lo de algum modo – orgânica dos trabalhadores da reserva.

Para armar o estudo, pelo menos duas pessoas foram particularmente influentes: Lúcio Kowarick, que me ajudou muito com suas conversas nas duas vezes em que estive no México enquanto eu lá estudava, e Chico de Oliveira, com quem conversei mais de uma vez, até porque a ele cabia a supervisão do financiamento que obtive junto ao PISPAL (Programa de Investigaciones Sociales sobre Población en América Latina), e que apoiou o meu trabalho empírico na volta ao Brasil. O PISPAL se interessava pelo lado da comparação estatística dos dados dos censos, o dimensionamento estatístico da categoria marxista; já a mim o que mais movia era a pesquisa histórica, de arquivo, em jornais sobre as formas de ação política desses segmentos.

O desenho do trabalho empírico tinha um argumento-guia: precisava localizar, para o caso brasileiro, uma conjuntura marcada ao mesmo tempo pela crise econômica (e ampliação numérica deste exército de reserva), mas que houvesse sido também um momento em que o espaço político, aberto pelas correlações de força, houvesse sido ampliado

de modo significativo, a ponto de que as formas de ação desses grupos adquirissem maior probabilidade de expressão, articuladas às formas de ação (via de regra sindicalmente organizada) dos trabalhadores da “ativa”. Para mim esta conjuntura ideal, por reunir as duas condições, localizava-se temporalmente no pré-1964 e, espacialmente, em Pernambuco, local onde tais expressões adquiriram a sua radicalidade maior. Interneime, por isso mesmo, num longo período de trabalho no Arquivo Público daquele estado, depois de entrevistas com personagens-chave que ainda estavam vivos em 1978. Procurei rastrear a construção dessa conjuntura, partindo do ano de 1955, seguindo a vitória da esquerda e a passagem de Miguel Arraes pela Prefeitura de Recife até à sua chegada ao (e deposição do) Governo do Estado de Pernambuco. Neste minucioso trabalho de arquivo, acompanhei, dia após dia, e por 10 anos, dois periódicos: um jornal local de grande circulação (o *Diário de Pernambuco*) e um jornal local de esquerda, editado pelo Partido Comunista Brasileiro (*Folha do Povo*, depois tornado *A Hora*). Neles colhi todas as evidências históricas que pude encontrar sobre as formas de expressão política desses trabalhadores de reserva, localizando-as no desdobrar da conjuntura e, nesta, perseguindo o modo como se teciam as relações entre as mesmas e as formas de ação organizada dos trabalhadores sindicalizados, aqueles que eram os atores (esperados) da transformação que nossas utopias tanto acalentavam.

Com Ruy Mauro armei o meu trabalho empírico. Não contava, entretanto, com uma surpresa. Certa feita, em conversa numa sessão de orientação, ainda no México, soube que ele havia partilhado cela com um dirigente de um curioso movimento de trabalhadores desempregados, na prisão em Brasília (pois Ruy Mauro fora professor da UnB em seus primórdios) à época do Golpe de 1964. Marini não lembrava muito mais que o prenome desse seu companheiro de cela, Raulino. Pois bem, quando realizava meu trabalho de arquivo, em Pernambuco, deparei-me com o enorme espaço concedido a um movimento de desempregados, ocorrido na Capital Federal, que se autodenominava de “Turmas da Boa Vontade”. Cobertura sistemática e detalhada tanto no *Diário de Pernambuco* e na *Folha do Povo* (talvez à época o jornal comunista já se chamasse *A Hora*), como no *Jornal do Brasil* (principal diário brasileiro) e (claro) nos jornais de Brasília. Fiquei fascinada pelo movimento. Tinha que encontrar uma forma de incluí-los como parte do meu trabalho empírico, mesmo tratando-se de fatos ocorridos a milhares de quilômetros de Pernambuco, enraizados numa política e num tipo de militância que

em nada lembravam seja o forte sindicalismo obreirista, seja o movimento camponês que davam régua e compasso à vida política pernambucana. Vasculhei tudo que podia para entender tal movimento, na inóspita e recém-inaugurada Brasília do início dos anos 1960: jornais, atas do Sindicato, pronunciamentos no Congresso Nacional, tudo o disponível à época.

Era um movimento de características inusitadas para a sua época, e mesmo para hoje, eu diria. Tratava-se de trabalhadores, predominantemente nordestinos, que haviam chegado a Brasília para o trabalho na construção civil, para a construção da cidade, inaugurada ainda inacabada em 1960. Com a crise em 1963, desaceleram-se as obras e eles começam a ser demitidos, em grandes levas. De início, um pequeno número deles passa a varrer as ruas do Plano Piloto, numa espécie de voluntariado *avant la lettre*. Percebendo a utilidade do seu trabalho, propõem à NOVACAP (empresa administradora da Nova Capital) que pudessem ser por ela retribuídos; e passam a receber um pagamento. À medida que os pagamentos têm lugar, o número de “voluntários” cresce e eles se organizam em turmas; dividem o Plano Piloto pelas turmas. Em seguida, começam a varrer as ruas das cidades-satélites. Organizavam-se numa estrutura que tomava por analogia a hierarquia militar. Assim, Raulino era o comandante nesta hierarquia. Pois bem, fins de 1963, pouco antes do Golpe, os trabalhadores da construção civil (segmento do qual provinham) fazem uma greve. O que fazem os trabalhadores das “Turmas”? Greve! E o que pedem? Aumento! Significativamente, pedem o mesmo percentual de aumento demandado pelos trabalhadores da construção civil.

Ora, quando li tal descrição, no *Diário de Pernambuco*, quase caí da cadeira no subsolo do lindo (e então muito mal cuidado) prédio do Arquivo Público, na Rua do Imperador, em Recife. Eu quase não podia crer no que lia. Era como se eles estivessem dando concreção, com suas ações, a tudo o que eu buscava e que imaginava iria facilmente encontrar na rica e conflagrada política pernambucana de então. Pensava comigo mesmo, “*mas era aqui que tudo isso devia estar acontecendo*”. Mais curioso ainda: eu vivera em Brasília, por quase 10 anos, tendo chegado pouco depois do Golpe (em fins de 1967) e nunca ouvira qualquer relato sobre esses eventos. Epílogo, para encurtar o assunto: eles saem da greve vitoriosos, ou seja, a Prefeitura lhes concede o mesmo percentual de aumento obtido pelos trabalhadores da construção civil. Ai veio o golpe militar. E que fazem os trabalhadores das “Turmas” (ou ao menos parte deles)? Começam a se organizar para uma resistência armada, dizem os

periódicos a que tive acesso. Claro está que foram presos, o movimento massacrado, e Raulino mandado para a prisão, onde compartiu cela com o Ruy Mauro. A par da ação policial que prende a direção do movimento, a NOVACAP devolve as bases das “Turmas” para os seus lugares de origem, pois eram todos nordestinos. O movimento desaparece, tal como seus protagonistas, da história de que se têm registros, ou dos registros acessíveis à época.

Na ausência de memória sobre tais acontecimentos, veio minha decisão: o primeiro trecho da minha tese a ser publicado no Brasil o seria aqui, em Brasília. E assim foi, como artigo, num dos números iniciais da revista do Departamento de Sociologia da UnB, *Sociedade e Estado*, em 1987. Neste momento, vocês me encontraram em Brasília preparando o meu retorno ao tema e aos eventos, explorando a nova documentação disponibilizada com a abertura dos arquivos policiais e/ou secretos, produzidos naquela época tanto pelos órgãos de repressão como pelas empresas publicas que eram estratégicas, como a Novacap, para os destinos da cidade.

**José Ricardo:** E como foi a sua passagem pelo CRH (Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia)?

**Nadya:** No ano de 1975, pouco antes da minha ida para o México, recebi de Luís Augusto Fraga Navarro de Brito, que acabara de assumir a direção do Centro de Recursos Humanos, o convite para acompanhá-lo no CRH. Navarro de Brito era um cientista político de formação refinada, à europeia, e havia sido subchefe da Casa Civil no Governo Castelo Branco e, pouco tempo depois, Secretário da Educação na Bahia. Antes de assumir o CRH havia estado na França por um tempo, como especialista da UNESCO, para onde seguiu após a sua exoneração da Secretaria da Educação, a partir dos desdobramentos políticos de um movimento notável de estudantes secundaristas, ocorrido em 1967, a propósito de uma proposta de reforma do ensino no estado (ironia, participei desse movimento como uma das lideranças). Navarro era professor da Universidade Federal da Bahia, para onde havia retornado por volta de 1972, creio. Nessa sua volta ao Brasil, participou de projetos no ISP, onde eu também trabalhava e onde travamos conhecimento pessoal. Em 1975, recebeu do então Reitor da UFBA um convite: dirigir o processo de consolidação do Centro de Recursos Humanos, um organismo de pesquisa que vinha de ser constituído (em 1973) como órgão suplementar ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

O CRH constituiu-se a partir do antigo Programa de Recursos Humanos (PRH), criado em 1969 como órgão da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, num amplo seminário, na Faculdade de Economia, do qual participaram alguns destacados intelectuais chegados à Bahia após o Golpe de 1964. Este foi um grupo altamente inovador, atuando na área de administração pública e sua fronteira com a ciência social. Dele faziam parte Perseu Abramo, que passa a estar lotado na Faculdade de Filosofia da UFBA, (onde se instala, juntamente com Klaas Woortman e João Ubaldo Ribeiro, trazendo novos ares para o ensino das ciências sociais), sua esposa Zilah Wendel Abramo, socióloga, além de Tristão Pereira da Fonseca e Maria Alice, sua esposa e professora da UNESP. Passaram a atuar num circuito institucional que envolvia a Faculdade de Filosofia, o ISP e o PRH.

Pensar o CRH como herdeiro de um “programa de recursos humanos”, cuja localização institucional era a de um órgão suplementar diretamente ligado à Reitoria, pode nos levar a crer que se tratasse de um grupo voltado a desenhar e refletir sobre políticas de pessoal para a instituição. Longe disso, o antigo PRH já nascera sob o influxo do interesse pelos problemas da oferta e gestão de mão-de-obra, num sentido mais amplo. Não sem razão foi escolhido pelo CEBRAP para uma parceria institucional que permitiu levar a campo em Salvador, em 1971, a pesquisa “Força de Trabalho e Desenvolvimento”, que consolidou o elo entre o celebrado centro de pesquisas paulista e um pequeno grupo de jovens pesquisadoras baianas, capitaneadas por Guaraci Adeodato Alves de Souza. Guaraci se graduara em Serviço Social, mas desde a sua especialização em Dinâmica Populacional, na Faculdade de Saúde Pública/CEDIP-Centro de Estudos de Dinâmica Populacional da USP, em 1969, havia tecido sólidos laços intelectuais com pessoas chaves na demografia brasileira, como Elza Berquó, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Paulo Singer, Jair Lício dos Santos e Maria Stella Levy. Guaraci foi a ponte entre, por um lado, os grupos do CEDIP e do CEBRAP e, por outro, aquele pequeno grupo de jovens pesquisadoras baianas, no qual, além da própria Guaraci, duas outras se destacavam, Inaiá Carvalho e Marusia de Brito Jambeiro (ambas graduadas em Ciências Sociais pela UFBA). A ponte logo se consolida. Assim, em 1970, o CEDIP ministra o seu segundo curso de Dinâmica Populacional exatamente no PRH/UFBA; e em 1971 o CEBRAP leva a campo, com apoio do PRH, o *survey* sobre força de trabalho e desenvolvimento na região metropolitana de Salvador. Guaraci Adeodato dirige o PRH entre 1972 e 1974.

Entretanto, mesmo com os créditos da parceria intelectual com o CEBRAP, o CRH, neste início dos anos 1970, não deixava de ser um lugar onde vicejavam “as meninas do PRH”. A senioridade de Navarro de Brito, recém-chegado da Europa, e com fartos contatos políticos e intelectuais, pareceu à Reitoria da UFBA o esteio adequado para sustentar a nova institucionalidade que o Centro lograra. Guaraci se tornaria, então, a vice-diretora ao longo dos cinco anos em que Navarro de Brito dirigiu o recém-criado CRH, entre 1975 e 1980.

Com Navarro, me integrei ao esforço por completar o movimento de consolidação do Centro. Alargamento da agenda de pesquisa (em torno, agora, da conexão entre “População, educação e emprego”), incursão sistemática em busca de financiamentos, ampliação da equipe de bolsistas e jovens pesquisadores, tudo isso tocado por este pequeno e animado grupo de jovens docentes. Além de Navarro de Brito, e na linha voltada a explorar a fronteira entre educação e trabalho estávamos eu própria, Iracy Silva Picanço e Lícia Queiroz Flavo, ambas pedagogas. Guaracy Adeodato, Maruzia Jambeiro e Inaiá Carvalho constituíam o segmento voltado aos estudos sobre população e emprego. Um pequeno grupo de bolsistas, formado por promissores estudantes, completava a equipe, com destaque para Maria Raquel Mattoso Mattedi e Iracema Brandão Guimarães.

Durante a gestão de Navarro de Brito, o Centro preparou uma coletânea que trazia no título o nome da nossa linha institucional de pesquisa - *População, Educação e Emprego*, que viria à luz em 1980, reunindo trabalhos da equipe. Nela, publiquei outro trecho da minha tese. Mais adiante, em 1982, editaríamos o segundo volume – e *População, Educação e Emprego* parecia tender a se tornar uma série. Novamente ali publiquei resultados da tese que, antes, havia apresentado como comunicação num encontro da ABEP, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Em 1980, Navarro de Brito deixou o CRH para assumir um posto como Pró-Reitor na UFBA, e em seguida novamente partiu para o exterior, assumindo uma posição nas Nações Unidas, em Washington. Guaraci Adeodato volta a dirigir o Centro, até o ano de 1985, quando eu a sucedi.

Foi durante este novo mandato de Guaraci que passamos a refletir sobre a pertinência de continuar mantendo as coletâneas “População Educação e Emprego”, veiculando os trabalhos em série de livros. Parecia-nos melhor investir em algo mais leve, mais próximo ao modelo de

*working papers* (porque enfim, uma coletânea, sendo um livro, tinha custo e tempo de edição notavelmente mais elevados). A nossa inspiração, naquele momento, vinha dos *Cadernos CEBRAP* (e não da revista *Estudos CEBRAP*, também mantida por aquele Centro coirmão). Decidida a transformação, pusemos mãos à obra e, no curso do meu mandato como Diretora do CRH, criamos o *Caderno CRH*, à imagem e semelhança dos *Cadernos CEBRAP*, em que nos espelhávamos. A princípio, cada *Caderno* veiculava um único texto, recém saído do forno, e significativo da nossa nova linha de pesquisa “Emprego, produção e reprodução da força de trabalho”, que passáramos a desenvolver com apoio da FINEP e CNPq.

**José Ricardo:** Quando foi isso?

**Nadya:** O primeiro *Caderno CRH* era datado de 1987 e veiculou um texto de Guaraci Adeodato intitulado “*Não se fazem mais filhos como antigamente*”. A este se seguiram vários outros, ainda no formato “um texto, um ‘caderno’”. Eu própria publiquei dois textos/dois “cadernos”, no mesmo ano de 1987: um em co-autoria com Iracema Guimarães (intitulado “*O que é que a baiana faz? Novos padrões da divisão sexual do trabalho no Estado da Bahia*”) e outro em coautoria com Antonio Sergio Guimarães (intitulado “*Movimento sindical e formação de classe. Notas para uma discussão teórico-metodológica*”).

Esta primeira leva de números do *Caderno CRH* refletia a dinâmica do nosso novo período de reflexão, que se segue à saída de Navarro de Brito da Direção do Centro. A pedra de toque para este novo período foi um seminário que organizamos para repensar nossos achados e propor uma nova linha de pesquisa. Realizado em Salvador e coordenado por Guaraci Adeodato, nele estavam presentes os nossos interlocutores intelectuais privilegiados: Elza Berquó, Paul Singer, Neide Patarra, Jair Lício dos Santos, Maria Stella Levy, Francisco de Oliveira, de São Paulo, além de Paulo Paiva, do CEDEPLAR (se não me falha a memória), ao lado de representantes do CNPq e da FINEP. Os primeiros números do *Caderno CRH* foram evidências do sucesso desse novo ciclo, da nova linha e dos novos financiamentos. O Centro se consolidara. Ganhamos as primeiras bolsas do CNPq e uma nova geração de jovens pesquisadores estava em formação.

**José Ricardo:** Quando isso?

**Nadya:** Este novo período, de maior amadurecimento e crescente visibilidade nacional, pode ser localizado a partir de 1980 e abarca as

gestões de Guaraci Adeodato, que, como disse, volta a dirigir o Centro entre 1980 e 1985 (no seu último ano a Vice-Diretora, Iracy Picanço, assume a direção), a minha própria gestão, entre 1985 e 1987, e as gestões de Anete Ivo, entre 1987 e 1989 e de Antonio Sergio Guimarães, entre 1989 e 1991. Os nomes que acabo de referir (Anete e Antonio Sergio) dão a medida da progressiva renovação intelectual do Centro e da ampliação de seus quadros permanentes.

A crescente visibilidade nacional do trabalho que conduzíamos leva os nossos pesquisadores a posições proeminentes na academia brasileira: membros do CRH passam a estar presentes em diretorias das mais importantes associações científicas do país (Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Sociedade Brasileira de Sociologia) e em postos de representação da comunidade junto a organismos e fomento (como comitês do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior/CAPES). Convênios de cooperação internacional passam a nos unir de modo cada vez mais estreito a colegas, notadamente da França, sediados no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), como Hélène Rivière d'Arc, Christian Gross, e no Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTON, posterior IRD), como Michel Agier, Alain Morice e Robert Cabanes.

Os números do *Caderno* proliferavam. Como nossa produção era significativa, logo tornam-se temáticos, congregando vários trabalhos e prenunciando a sua transformação numa revista. Tínhamos um comitê editorial fixo, composto majoritariamente por membros externos ao Centro, de autoridade intelectual indiscutível na nossa Universidade (o historiador João José Reis, o economista Milton Santos Filho, a antropóloga Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, e a socióloga Alda Motta, dentre outros que conosco trabalharam); nele tinham assento ainda quem ocupasse a Diretoria e um representante dos pesquisadores “da casa”. Ao final da minha gestão, tomamos a decisão de dar ao *Caderno CRH* o formato de uma revista. Grandes mudanças ocorreram. Adotamos uma periodicidade regular, semestral, e teve lugar uma radical transformação do *lay-out*, com projeto gráfico profissionalizado (e veiculando a cada capa um artista plástico baiano – coisa que depois repeti, com Marcia Leite e Germana Monte-Mor na RELET, quando da sua primeira passa-

gem por uma editoria brasileira, entre 1996 e 1999); abandonávamos, assim, o formato típico dos *working papers*.

Deixando a Direção do CRH, em 1987, assumi a editoria da revista, encarregando-me de fazer tal transição de formato e de perfil, já no curso da gestão de Anete Ivo como nova Diretora do Centro (1987-1989). Posteriormente, quando deixei o CRH, em 1992, Anete assumiu a editoria da revista, e uma nova mudança de *lay-out* teve lugar; a revista chegou à sua forma atual, num tamanho maior. Como antes, a mudança de forma era significativa de redefinições de fundo. Com efeito, a revista surgira como um veículo para fazer circular a nossa produção institucional; pouco a pouco, já no tempo em que eu a editava, passara a atrair outros colaboradores. Estes eram, entretanto, minoritários, já que se tratava de visibilizar a produção dos pesquisadores “da casa”. Ora, com a consolidação do CRH, e face à formalização das regras de avaliação científica, aí compreendida a própria política de suporte a periódicos, uma nova mudança importante na revista se impunha: as revistas precisavam evidenciar a capacidade de atrair colaboradores externos, mostrando-se veículos relevantes não apenas para o público interno, “da casa”, mas igualmente para a comunidade acadêmica mais ampla. Na esteira dessa nova conjuntura, o *Caderno CRH* se refunda, reiniciando inclusive a sua numeração como forma de indicar o início de uma “nova época”. Sua periodicidade se torna quadrimestral e o peso dos colaboradores externos passa a ser dominante; a isso se associa a atração de autores seniores, responsáveis por organizar dossiês temáticos; bem assim o seu comitê editorial amplia-se significativamente. A revista assume a forma atual e vai se tornar, pouco a pouco, um veículo acadêmico nacionalmente relevante.

**José Ricardo:** Quando é que você sai da Bahia e vai para São Paulo?

**Nadya:** Sai da Bahia pouco tempo depois, em março de 1993. Em 1992 Vilmar Faria, de passagem pela Bahia, havia me convidado para um período no CEBRAP, como pesquisadora visitante. Naquele momento eu estava completamente dedicada a minha atividade no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, de cujo Colegiado participava. Um parênteses curioso. Lembro bem das palavras de Vilmar logo ao primeiro contato telefônico, no qual formulou o convite: “*Nadya temos, no CEBRAP, uns ‘meninos’ que são ótimos; só que eu não estou conseguindo dar conta de animar intelectualmente o trabalho dos mesmos.*”

*Como você sabe, além de dirigir o CEBRAP, animo a área de política. Eles são muito vocacionados para a área de trabalho. Precisamos de alguém que consolide este campo no CEBRAP*". Passado algum tempo, e ultrapassados alguns problemas familiares, aceitei o convite de Vilmar Faria. Chegando ao CEBRAP, descobri que, dentre os "meninos", estavam dois que viriam a ser importantes parceiros intelectuais no meu trabalho futuro: Adalberto Cardoso, meu interlocutor nesta entrevista (e que se tornaria Diretor Administrativo do CEBRAP), e Alvaro Comin, que posteriormente veio a presidir o Centro.

Concordei em ficar no CEBRAP por um semestre, tempo que me permitiria fechar um livro (o *Imagens e Identidades do Trabalho*, em coautoria com Antonio Sergio Guimarães e Michel Agier, que fechava o ciclo dos nossos estudos sobre o processo de formação de classe dos trabalhadores petroquímicos e seus determinantes fabris e extra-fabris), bem como arrumar melhor os dados que queria levar comigo para os Estados Unidos. Iniciei, assim, um programa de pós-doutorado que me afastou da UFBA por três semestres: um deles passado no CEBRAP (o primeiro de 1993) e dois (o ano acadêmico americano de 1993-1994) no Special Program on Urban and Regional Studies for Developing Countries, uma iniciativa do DUSP (Department of Urban Studies and Planning), do Massachusetts Institute of Technology. Meu contato principal no MIT foi Judith Tandler, brasilianista, professora do DUSP, a quem eu havia conhecido enquanto era diretora do CRH. Judith me animou a concorrer para uma posição de *Visiting Fellow* do SPURS. O MIT, por outro lado, tinha, para mim, um atrativo adicional: a equipe da *Sloan School of Management* voltada aos estudos comparativos sobre reestruturação da indústria automobilística. Na época, eu já havia investido bastante nos estudos sobre automação e reestruturação na petroquímica brasileira, e as análises da equipe do MIT eram sem dúvida uma fonte de enriquecimento teórico para meus estudos. Sem contar a presença de intelectuais do calibre de Michael Piore, Richard Locke, Paul Osterman, dentre outros.

De volta ao Brasil, decidi aposentar-me da UFBA e aceitar o convite de Francisco de Oliveira, então Presidente do CEBRAP, para me integrar à equipe do Centro. Não sem antes permanecer na UFBA para compensar meus colegas pelo tempo em que estive afastada, razão pela qual formalizei minha aposentadoria apenas em fins de 1995, usando o benefício de uma legislação que permitia às docentes aposentarem-se

após 25 anos de trabalho no ensino. Nesse momento, Chico Oliveira havia deixado o CEBRAP, mas encontrei em José Arthur Giannotti, o Presidente que o sucedera, uma acolhida entusiasmada e o endosso para obter uma bolsa Pesquisadora Visitante junto à FAPESP, que viabilizou minha transferência. E sobretudo encontrei em Adalberto Cardoso, já prestes a mudar para o Rio, e Alvaro Comin, a parceria intelectual que animava grandes projetos de estudo. Mudei-me para São Paulo e sediei, desde então, minha atividade no CEBRAP. Posteriormente, em 1999, ingressei no Departamento de Sociologia da USP, por concurso, e passei a dividir minhas atividades entre as duas instituições até quando logramos reuni-las como parceiras no projeto do Centro de Estudos da Metrópole.

**Adalberto:** Durante a sua estadia no MIT aconteceu o primeiro congresso da ALAST.

**Nadya:** Sim, nesse meio do caminho acontece o I Congresso da ALAST, no México, em dezembro de 1993. Preparando-o, Enrique de La Garza tinha tido uma ideia imperdível: montar uma mesa com balanços sobre o estado da Sociologia do Trabalho em diferentes países latino-americanos. Eu fiz o balanço sobre a produção no Brasil, juntamente com Marcia de Paula Leite, posteriormente publicado sob diversas versões em diferentes países (no Brasil, na Argentina, nos EEUU, na Espanha). Tanto quanto os outros balanços, esses textos tiveram uma bela carreira editorial, informando o debate sobre a constituição do nosso campo de estudos.

Meu aporte a este texto foi, sem dúvidas, devedor de algo muito interessante que havíamos feito no CEBRAP durante a minha estadia no primeiro semestre de 1993, antes de partir para o MIT. Ao longo daquele semestre armamos um fértil ciclo de seminários, que era ao mesmo tempo um elemento de formação da equipe do CEBRAP e um espaço para diálogo interdisciplinar de estudiosos do campo do trabalho no Brasil. Um estado da arte do que de mais interessante estava em curso no país em termos de pesquisa empírica na sociologia do trabalho industrial, num momento de intensas transformações (crise econômica, abertura comercial, intensa reestruturação organizacional). Dele resultou a coletânea *A máquina e o equilibrista*, publicada pouco depois, cuja produção editorial junto à Editora Paz e Terra foi feita enquanto eu estava nos EUA, graças à participação decisiva de Adalberto Cardoso e Alvaro Comin.

**Adalberto:** 1995

**Nadya:** Isso mesmo, o livro circulou em 1995, quando eu já estava de volta ao Brasil, com um belo prefácio de Chico de Oliveira. Aquelas discussões foram muito importantes para construir um fio de narrativa, que se expressou no balanço que preparei, juntamente com Marcia Leite, para o primeiro Congresso da ALAST. Esta narrativa foi revista e ampliada até dar lugar ao capítulo de abertura da minha tese de livre docência (posteriormente publicada pela Editora 34 com o título *Caminhos Cruzados: Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*).

Realmente, o I Congresso da ALAST foi um evento esplêndido, tanto do ponto de vista da criação intelectual, quanto do ponto de vista da política do campo.

**Adalberto:** Você chegou a participar da articulação para a montagem daquele Congresso? Você era do grupo da CLACSO com o Enrique?

**Nadya:** Não, eu não era do grupo do CLACSO. Na verdade, Roque Aparecido da Silva, Marcia Leite e Laís Abramo eram frequentes ao grupo do CLACSO, e o tinham dirigido, e faziam ecoar esta articulação seja no GT da ANPOCS sobre sindicalismo, seja criando interfaces do grupo com a rede de pesquisa que animaram, entre fins dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, voltada ao estudo comparativo sobre “Resposta sindical à automação microeletrônica”. Em que pese esta fosse uma rede de brasileiros, colegas latino-americanos estiveram presentes a seminários nossos, como Marta Novick, Jorge Carrillo e Enrique de La Garza. Como disse, eu tinha conhecido Enrique no Colegio de México, onde fomos colegas na geração de doutorandos que ingressou em 1976... Quando deixei o Colegio, não perdemos o contato. Enrique tinha muita aproximação intelectual a um professor que eu também admirava e que seguiu sendo meu professor na UNAM, o Hugo Zemelman. Hugo dava suas aulas na cafeteria do Colégio, e Enrique continuou sendo informalmente seu aluno, e logo meu colega. Nos reencontramos em seminário promovido por Roque Aparecido, como parte da nossa rede de pesquisa. Quando já estava nos EEUU, fui convidada (por ele e por Marcia) para preparar o texto sobre a sociologia brasileira do trabalho a ser apresentado no I Congresso.

**José Ricardo:** Mas você participou da fundação da ALAST? Como é que foi essa articulação?

*Nadya:* Claro! Eu estava no Congresso que fundou a ALAST, o primeiro, e acompanhei as articulações que lá tiveram lugar. Todavia, o meu olhar é muito particular, e talvez menos informado, por ser o olhar de alguém que estava fora do Brasil e também fora desse circuito latino-americano de trocas intelectuais regulares que organizou o I Congresso. Lembre que quando as articulações tiveram lugar eu estava enfurnada, submersa nas minhas atividades no SPURS/MIT.

Na verdade, desde a experiência com a rede animada por Roque, tornei-me muito interessada em desenvolver análises comparativas de caráter latino-americano. Para isso foi, sem dúvida, muito importante a minha experiência como estudante no México. Isso porque, no Brasil, a nossa formação era, nesse sentido, completamente enviesada. Nossa geração tinha por hábito cultivar o diálogo com os EUA e a Europa, sendo pouco afeita ao diálogo com a produção acadêmica latino-americana. Sendo justa, talvez isso não tenha sido tão verdadeiro no meu período de formação na UnB. E, de novo, graças a Gláucio Soares, e em especial à sua experiência na FLACSO no Chile, passamos a estar bastante atentos ao que produzia parcela importante da intelectualidade latino-americana nos anos compreendidos entre a segunda metade dos 1960 e início dos anos 1970. Mas, para a imensa maioria dos que éramos formados no Brasil, a ideia de América Latina era nula. O México representou, para mim, um ambiente onde pude reaver e aprofundar o que aprendi com meus professores na UnB.

Por isso mesmo, o que me encantava no projeto da ALAST, era a possibilidade de fazer emergir uma interlocução entre a produção acadêmica da sociologia do trabalho no Brasil, que era muito boa, e a de outros países, também muito boa, conquanto virtualmente invisível entre nós (e a recíproca, estou certa, era também verdadeira). Havia uma excelente produção no México, uma excelente produção entre os argentinos, chilenos, uruguaios, antes dos golpes, e àquela altura, depois dos golpes, havia gente interessante também na Costa Rica, por exemplo. As unidades da FLACSO que sobreviveram se encarregaram de manter esses elos; mas nós, brasileiros, estávamos fora desse circuito, entende?... Esse era um circuito ao qual eu havia sido pessoalmente introduzida no México, cuja intelectualidade era fortemente integrada com a discussão intelectual que se passava na Costa Rica, no Chile, na Argentina, no Peru, na Colômbia, países que, por seu turno, também estavam fortemente ligados com o que se passava no México. Não era este o caso da academia brasileira.

No Brasil, quando nos ligávamos nesses avanços, mais das vezes, o fazíamos por mãos estrangeiras, pelas mãos das cooperações internacionais com a França (onde se refletia intensamente sobre a América Latina), como foi o meu caso com o IHEAL e o ORSTOM, mas como foi o seu caso também, Adalberto, com a cooperação com a Alemanha, através de Ludger Pries e Rainer Dombois, eles próprios intensamente integrados ao mundo intelectual mexicano e colombiano. Ou seja, era como se fosse preciso que alguns estrangeiros chegassem à América Latina para pôr os brasileiros em contato com os latino-americanos.

Pode ser que eu esteja exagerando, mas isto é o que me ocorre quando olho retrospectivamente e penso sobre o assunto. E, se estou certa, isso é descabido! É descabido do ponto de vista político, do ponto de vista institucional, do ponto de vista histórico e, sobretudo do ponto de vista intelectual. Vale dizer, você não constrói um campo de estudos sob tais circunstâncias! E esse não era um problema da América Latina, era um problema nosso, do Brasil. Um problema da maneira como as Ciências Sociais foram erigidas entre nós; e, sobretudo, como elas foram refeitas mais recentemente. Pense bem: nossos programas não oferecem cursos de sociologia do desenvolvimento ou de sociologia latino-americana; não se estuda regularmente a história da América Latina! O meu primeiro curso de história da América Latina eu o fiz quando da graduação em História, onde este era um conteúdo obrigatório. Entretanto, no doutorado, como estudante de Sociologia no Colegio do México, voltei a ser obrigada a estudar a história recente da América Latina.

Nós, brasileiros, éramos isolados, mesmo nos sentindo tão poderosos pela qualidade do conhecimento que produzíamos sobre o Brasil; mas esquizofrênicos, entende? Nesse sentido, o que mais me encantava na ALAST era essa conversa comparativa entre latino-americanos, que eu testemunhara no México; e eu sabia como essa conversa era poderosa. Construindo a ALAST vimos como esta interlocução se tornou, pouco a pouco, mais e mais poderosa. Tecemos laços fundos com a Argentina, inicialmente e sobretudo, através de Marta Novick. Laços importantes com a Colômbia, com Luz Gabriela Arango, com Fernando Urrea. Laços estreitos com a Venezuela, através de Consuelo Iranzo e Hector Lucena. É certo que eu já tinha laços muito importantes com o México, com o Humberto Munhoz, com Orlandina de Oliveira, mas isso resultava da minha especial trajetória, de doutorada por uma instituição mexicana. Mas, os demais pesquisadores brasileiros (à exceção dos

poucos que atuavam na Comisión de Movimientos Laborales da CLACSO) tenderam a construir essas relações, no mais das vezes, mediados por terceiros, via de regra, estrangeiros!

A ALAST, a meu juízo, para nós, brasileiros, significou a independência de terceiros. Deixamos de precisar que algum intelectual afim com nosso trabalho no Brasil, vindo da Europa, nos pusesse em contato com os latino-americanos. Para mim, isso é um resultado sumamente virtuoso da existência da ALAST. Vocês podem dizer que temos dissensões, que temos diferenças políticas, que temos brigas entre grupos nacionais... Muito bem, temos um pouco de tudo isso. Mas claro! Isso tudo está sempre presente em qualquer associação científica ou profissional. Mas na ALAST procuro ver o que há de melhor; e, para mim, o melhor aí está: do ponto de vista da ciência social e dos estudos do trabalho que fazemos no Brasil, a ALAST criou a ponte de acesso dos brasileiros aos demais intelectuais e pesquisadores latino-americanos atuantes neste nosso campo. Este é, a meu ver, o seu grande mérito, quando a contemplo com os olhos de uma intelectual, de uma pesquisadora no campo dos estudos do trabalho no Brasil.

**José Ricardo:** Quem foram as pessoas no Brasil que se envolveram nesse projeto?

**Nadya:** Várias, todas as que a gente conhece. Marcia Leite foi uma delas. Essa história não se conta, também, sem pensarmos o papel de Roque Aparecido da Silva. Mas, observe, de novo, junto com Roque quem estava? A Fundação Friedrich Ebert, a relação com os alemães, o que não deixa de reforçar o meu argumento anterior. Mas, e como disse, a rede de estudos comparativos sobre a resposta sindical à automação, concebida e coordenada por Roque, foi o meio pelo qual pude reencontrar Enrique, o veículo que trouxe ao Brasil Jorge Carrilo e também Marta Novick. Isso antecede a ALAST. Entretanto, isso era episódico, eram conexões que dependiam da vigência de um ou outro projeto, da oferta de patrocínio internacional, ou da agenda de certas fundações internacionais. Entre os colegas brasileiros, comprometidos com alimentar esta rede de trocas, à época, há que destacar alguns outros além de Roque Aparecido, Marcia Leite e Laís Abramo. Magda de Almeida Neves e Michel Le Ven, em Minas Gerais, foram pesquisadores igualmente voltados para esta articulação, tanto quanto Sonia Larangeira (hoje Sonia Guimarães), Antonio David Catani e Elida Liedke, em Porto Alegre...

**Adalberto:** Alice também.

**Nadya:** Alice Rangel de Paiva Abreu, sem dúvida alguma, e de modo muito especial através daquele projeto do qual você próprio participou, José Ricardo, lembra? Nele estivemos às voltas com entender os elos entre automação, reestruturação dos processos de trabalho, dos requisitos de qualificação, das formas de atuação coletiva nos ambientes reestruturados. Aquele projeto – se não me engano intitulado “Reestruturação, trabalho e qualificação” – foi também muito importante ao sedimentar algumas de nossas pontes de discussão com a Inglaterra. É certo que John Humphrey, por exemplo, havia estado no CEBRAP durante o trabalho de campo para a sua tese doutoral, e esta conexão tinha então se estabelecido; que havia uma outra ponte com o IDS (Institute of Development Studies da Universidade de Sussex), pela relação com Hubert Schmitz, pontes estas que se consolidam tanto por meio de Helena Hirata, parceira de John Humphrey, como por meio de Ruy de Quadros Carvalho, ou mesmo através de Anne Posthuma, que se doutoraram no IDS, e que também participaram dessas iniciativas comparativas capitaneadas pela Unicamp. E esta é uma ponte que se liga igualmente com a conexão que eu estabelecera no MIT, já que Hubert Schmitz era extremamente próximo a Judith Tandler e Richard Locke. Mas – e de novo – este era um mundo que se integrava do norte para o sul. Esta é a sensação que tenho; pode ser que eu esteja com o olhar muito enviesado nisso...

**José Ricardo:** A Leda Gitahy?

**Nadya:** Leda Gitahy, sem dúvida, foi uma participante decisiva em todo este transcurso, sobretudo animando e interligando circuitos, como os da ANPOCS (GT “Processo de Trabalho”) e da ABEP (GT “Força de Trabalho”) nos idos dos 1980. Tentando resumir, penso que havia o circuito que girava em torno do grande projeto em rede que Roque Aparecido havia concebido e coordenado sobre “Resposta sindical à automação” (do qual resultou um livro de igual nome, editado por Roque e Marcia). Este circuito dará lugar ao outro importante projeto em rede que Marcia Leite e Vanilda Paiva coordenaram na Unicamp, e no qual estavam Leda Gitahy, Alice Abreu, Anne Posthuma, José Ricardo, eu própria, Cibele Risek, Élide Liedke e Roberto Ruas, também do Rio Grande do Sul.

**Adalberto:** Vocês estão enumerando as pessoas do GT da Anpocs,

**Nadya:** Sim, de certo modo, mas isso é outra parte muito importante da história da constituição do campo e consolidação de redes entre nós. Esta história tem a sua origem no Grupo de Trabalho “Processo

de Trabalho e Reivindicações Sociais”, da Anpocs – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, um espaço extremamente importante, inescapável, eu diria, para restabelecermos a trajetória da história da sociologia de trabalho no Brasil, e a institucionalização dessa nossa agenda junto a sucessivas gerações. O GT foi muito virtuoso, porque reuniu, além de sociólogos do trabalho (que nomeamos fartamente até aqui), engenheiros de produção (como Afonso Fleury, Mario Salerno, Roberto Marx, Mauro Zilbovicius, Roberto Grün), administradores e estudiosos da gestão organizacional (como Maria Tereza Fleury, Roberto Ruas, Rosa Fisher), antropólogos do trabalho (como José Sergio Leite Lopes), e, se você quiser assim chamar, cientistas políticos do trabalho (como Eduardo Noronha). Tudo isso resultou nesse casamento muito feliz que dá a marca fortemente interdisciplinar que têm os estudos do trabalho no Brasil. Ademais, há que lembrar os avanços que fizemos, desafiados pela agenda dos estudos de gênero, e que se expressa nos trabalhos de autoras como Elizabeth Souza Lobo, Alice Abreu ou Helena Hirata, numa emulação que levou, no caso brasileiro, a que as nossas análises sobre processo e organização do trabalho passassem a estar marcadas pelo interesse na questão da divisão sexual do trabalho, o que nos colocou na linha de frente dos desafios que uma nova sociologia do trabalho tinha que vencer.

**Adalberto:** A gente estava na frente de muita gente, muitas disciplinas.

**Nadya:** E observe que fizemos isso muito cedo: em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980.

**José Ricardo:** Bila Sorj também?

**Nadya:** Bila Sorj também, sem dúvidas. Nesse momento, Bila está voltando do doutorado em Manchester, e apresenta no nosso GT um capítulo da sua tese, extremamente interessante. Enfim, o GT “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais” foi seminal. Alice Abreu tem um texto que retoma a trajetória que fizemos num período que talvez tenha sido o mais virtuoso da história desse GT; um texto muito rico em termos documentais e elucidativo em termos analíticos.

Sem contar os circuitos regionais; sim, porque havia um interessante circuito no Norte e Nordeste, onde nos encontrávamos regularmente para debates dos nossos avanços de pesquisa sobre as mudanças

nas relações de trabalho e seus elos com as transformações nas relações de poder na região. Jacob Carlos de Lima, Edna Castro, Paola Cappellin, Mario Guiliani, Gisela Potengy, Deis Elucy, Christian Azais, Lourdes Bandeira, Salete Cavalcanti, Cesar e Irllys Barreira, Antonio Sergio Guimarães, Anete Ivo, Iracema Guimarães, todos mantínhamos um diálogo intelectual regular, sustentado pela (então existente seção) regional da ANPOCS-Nordeste.

Enfim, e retomando o meu fio de raciocínio (não sei se deu para sentir por onde quis ir com o argumento): é mesmo curioso o caso brasileiro porque, ao tempo em que demonstrávamos amadurecimento na capacidade de cooperação entre pesquisadores nacionais, entre pesquisadores de disciplinas diferentes, entre pesquisadores de linhagens ideológicas e teóricas distintas, tudo isso permanecia rigorosamente circunscrito ao Brasil, conquanto com uma interlocução cada vez mais ativa com os Estados Unidos e com diferentes partes da Europa, alguns de nós preferencialmente com a Inglaterra, outros com a Alemanha, outros com a França, outros com o EUA. A América Latina, entretanto, era episódica, bissexta, nos nossos trabalhos. Inexistia, entre nós, uma reflexão consistente sobre a questão do trabalho na América Latina, entende? A meu ver, é isso que a ALAST propicia.

**Adalberto:** Na verdade a ALAST permitiu a esse núcleo duro, aqui no Brasil, um salto importante de qualidade.

**Nadya:** Com certeza! De qualidade mas também de visibilidade da nossa produção, de visibilidade dos nossos resultados e estilos de pesquisa. Tomemos um exemplo: o trabalho que se fez em parceria com Marta Novick, todo o esforço empreendido por ela com vistas ao aproveitamento, para uma análise longitudinal, dos registros administrativos produzidos pelo Ministério do Trabalho, um trabalho no qual você, Adalberto, teve um papel destacado. No curso desse trabalho, forjou-se mais que uma parceria entre planejadores, estudiosos e consultores; criou-se um verdadeiro diálogo intelectual que envolveu outros, como Gabriel Yoguel, que se juntou a Marta, numa reflexão criadora em torno de achados, deles e nossos, com a experiência de longitudinalização da RAIS. Aquilo foi fantástico! Isto teria sido possível sem a ALAST? Dúvido! Quando comentamos a respeito com pesquisadores de outros lugares esses frutos causam espécie; e eu me lembro de Peter Elias (parceiro do Institute for Employment Research da Universidade de Warwick), boquiaberto, ouvindo-nos falar sobre a longitudinalização da RAIS, no

Brasil, e a replicação desse notável banco, no caso argentino. Ora, isso é único! E isso vem como subproduto da nossa ALAST!

**José Ricardo:** Fale um pouco da experiência de editar a RELET.

**Nadya:** A gente tem esse “código de cavalheiros/damas”, essa “etiqueta” procedimental na ALAST: quem recebe a Associação depois de um Congresso, prepara o Congresso seguinte e edita a revista no interregno. Sediámos, no Brasil, o II Congresso da ALAST, em 1996, em Águas de Lindoia, e assumimos a RELET entre 1996 e 1999, Marcia Leite e eu. Foi uma experiência muito interessante, porque tínhamos um comitê formado por colegas muito especiais: José Ricardo Ramalho, você estava nesse comitê, Maria Cristina Bruschini (que veio a falecer), colega e intelectual preciosa, também estava nesse comitê... Ricardo Antunes estava nesse comitê, só para citar alguns... Foi enorme o esforço, era descomunal a tarefa de receber a Associação. Para melhor lográ-lo, nos dividimos, Alice Abreu ficou com a Presidência, com o suporte da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Leda Gitahy ficou com a tesouraria, com o suporte do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas; Marcia Leite e eu ficamos com a revista, que ficou sediada em São Paulo, graças ao apoio do CEBRAP, ao qual eu estava integrada; Magda Neves ficou com uma Secretaria, sediada em Belo Horizonte com o suporte da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Adalberto:** (Depois de consultar um número da RELET editado por Nadya e Marcia) O Comitê era composto por Edna Castro, Élide Liedke, José Ricardo Ramalho, Maria Celia Paoli, Maria Cristina Bruschini, Ricardo Antunes e Maria Tereza Fleury.

**José Ricardo:** Fala um pouco do seu período na Universidade de São Paulo, dos temas que te apelaram mais.

**Nadya:** Antes de falar da USP, talvez seja interessante ressaltar que tenho uma trajetória meio especial, pouco comum no Brasil, onde (diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo) não se costuma passar por tantas instituições ao longo da carreira docente... E eu lecionei nas universidades de Brasília, da Bahia e de São Paulo.

A USP é muito diferente das outras duas instituições em que trabalhei – ao menos tal como elas eram ao tempo em que nelas estive como docente. Isso porque o mundo profissional em São Paulo é muito mais complexo e é muito mais amplo e diverso que “o mundo” da Universi-

dade de São Paulo. A meu juízo, essa é a diferença mais importante e que opera como um divisor de águas para se entender o Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Por mais importante que seja a USP, e ela é a mais importante universidade brasileira, o mundo intelectual e o mundo profissional de São Paulo ultrapassam-na em muito. Por exemplo, enquanto estive na Bahia, tinha o sentimento de que tudo na nossa vida profissional se jogava na UFBA - no meu Departamento (de Sociologia), no meu Centro (o CRH). Ora, se um conflito se estabelecesse no meu centro, isso se tornava dramático, porque tudo se jogava ali, o reconhecimento se jogava inteiramente naquele âmbito. Se alguém deixasse de se sentir à vontade num programa de pós-graduação ao qual estivesse engajado, seria igualmente dramático, porque todo o reconhecimento se jogava ali, a vida profissional era jogada ali. Isso era assim na UnB, foi assim também na UFBA, mas não é assim na USP.

Por que digo isso? Porque, e retomo a sua pergunta, rephraseando -a: “*Nadya, onde foram construídos os seus interesses intelectuais, nesses últimos 20 anos em que você esteve em São Paulo?*”, eu lhe respondo que eles foram construídos em vários âmbitos; e isso é muito bom. Bom porque você se sente como um amálgama de experiências, que foi tecendo em vários lugares. Nesse sentido, meus interesses foram por longo tempo construídos no CEBRAP; a princípio, quase que exclusivamente construídos no CEBRAP, seja no tempo que eu era vinculada exclusivamente ao CEBRAP, mas mesmo durante os meus primeiros anos na USP. Foi assim até quando conseguimos inventar, há 15 anos, um programa de pesquisas denominado “Centro de Estudos da Metrópole” (o CEM). Nesse momento, conseguimos tecer uma sorte de compromisso institucional entre o CEBRAP e a USP (envolvendo também outras instituições), de maneira a termos uma agenda comum e nutrida pelas duas instituições. Na USP, e por um longo tempo, a bem da verdade, eu me sentia apenas uma professora. Conquanto a minha reflexão intelectual tivesse efeitos por lá, ela estava assentada em uma agenda intelectual tecida no CEBRAP, mesmo se parte da minha equipe de pesquisa estivesse também vinculada à USP. Ora, CEBRAP e USP são instituições diferentes, com dinâmicas diferentes, mesmo havendo um importante *overlapping* no que concerne às pessoas nelas envolvidas. Adalberto sabe muito bem disso.

O interessante da existência do CEM tem sido essa aprendizagem no sentido de fazer internalizar na USP os meus/nossos (do CEM/CEBRAP) interesses de pesquisa. Tenho procurado fazê-lo de maneira

sistemática. Primeiro, conduzindo um seminário permanente de Sociologia Econômica e do Trabalho *na USP*. Assim, e cada vez mais, a minha discussão intelectual, aquela que se volta a formar pessoas, deixou de ter o formato que lhe imprimi, por exemplo, em 1993, quando do seminário realizado no CEBRAP e que deu origem, como disse antes, ao livro *A Máquina e o Equilibrista*. O meu seminário de formação de alunos deixou de estar colado de modo indissociável e exclusivo às minhas pesquisas recentes, tal como aconteceu com os últimos projetos, de que resultaram os livros *À Procura de Trabalho*. Instituições do mercado e redes ou *Desemprego, uma construção social*. Naqueles momentos pretéritos, as atividades de pesquisa, mas também as atividades de formação (mesmo se dirigidas a uma equipe de jovens que eram todos alunos da USP), eram localizadas no CEBRAP. Ultimamente – e a existência do CEM tem sido muito importante para tal – temos feito um esforço para que essa minha agenda tenha na USP o seu leito, mas que também retire todas as vantagens do rico diálogo interdisciplinar que caracteriza o CEBRAP. Isso não é natural, nem é fácil.

Por outro lado, há que ter em conta que a USP tem algo de muito interessante: ela possui uma longa e muito rica tradição no campo de estudos do trabalho. Desde o núcleo fundado pelo grupo de Florestan Fernandes (o CESIT), no qual foi tecido um fecundo diálogo, por exemplo, com Alain Touraine (de que resultou, em 1962, o dossiê sobre o operariado no Brasil, publicado na *Sociologie du Travail*), passando pelo trabalho formador de gerações de intelectuais, que viriam a se tornar líderes no campo da sociologia do trabalho no Brasil, trabalho esse desenvolvido por intelectuais que lecionaram na USP, nos Departamentos de Sociologia, de Ciência Política, ou mesmo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, como Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Heloisa Martins, Maria Célia Paoli, Francisco de Oliveira...

**Adalberto e José Ricardo:** Bom, Florestan, Florestan, pai de todos.

**Nadya:** De fato, a geração de estudantes diretamente formados por Florestan Fernandes, que incluía Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, Octavio Ianni, Sedi Hirano, só para citar alguns, foi uma geração pioneira e extremamente criativa, que inoculou muito do que passamos a fazer posteriormente, no Brasil, no campo dos estudos do trabalho. Com frequência nós os tratamos como teóricos da sociologia, como estudiosos do desenvolvimento, ou da modernização. Temos

lançado mão de *labels* os mais diversos para situá-los, encapsulando-os em outras gavetas. O curioso é que, assim fazendo, renunciamos a reivindicá-los como alguns dos nossos pais fundadores; e eles o são. Isso é a USP: nosso pensamento e produção intelectuais seriam incompreensíveis desconsiderando o que nos foi legado por essa geração.

Mais recentemente, a USP acolheu uma geração igualmente importante, formada por intelectuais independentes que por vezes atuaram apenas na própria USP (caso de Elizabeth Lobo ou de Maria Celia Paoli), outras vezes sediaram seus estudos em centros interdisciplinares de pesquisa, estabelecidos fora da Universidade (caso de Maria Hermínia Tavares de Almeida, no IDESP, ou Francisco de Oliveira, no CEBRAP), mas que investiram na USP como um espaço decisivo para a formação que propiciaram a outros jovens intelectuais (muitos dos quais referimos anteriormente), que viriam a se tornar centrais na construção do campo. Propiciaram-lhes uma formação, sublinho, que foi gestada na USP. Sem contar que continuamos a ter, atualmente, uma produção acadêmica relevante no campo de estudos do trabalho que se aninha na USP (na Sociologia, na Educação, na Psicologia do Trabalho, na Ergonomia, na Saúde do Trabalho, na Gestão do Trabalho). Em suma, esta Universidade, e sob diversas formas, manteve, ao longo do tempo, um protagonismo na produção de conhecimento em nosso campo. Entretanto, vista em perspectiva, é como se tal produção houvesse sido sempre fruto de intelectuais cujas carreiras transcorriam com surpreendente autonomia e independência recíproca, uma espécie de “naipe de carreiras-solo”.

**Adalberto:** Não teve uma hegemonia clara?

**Nadya:** Não é só a ausência de uma hegemonia em termos de forma de pensamento, ou de linhagem teórica. É curioso que faltou uma instituição catalisadora.

**Adalberto:** Eu sei, mas o que quero dizer é que o Florestan fundou o CESIT, e em torno do CESIT ...

**Nadya:** É certo. Mas, é certo também que mesmo o CESIT (que, de resto, sofreu as vicissitudes da repressão que se abateu sobre a USP) jamais operou como um núcleo profissionalmente restrito ao campo da sociologia do trabalho. Tratava-se de interpretar a sociedade brasileira, em seus traços emergentes, para o que, certamente a indústria, o trabalho industrial, o empresariado industrial, constituíam-se em peças-chave. Por isso mesmo, dificilmente poderíamos estabelecer qualquer linha

de continuidade imediata – a sugerir hegemonia de uma linhagem de pensamento –, entre a agenda com que nasce o CESIT e a pauta da sociologia do trabalho que viria a se constituir no país, quinze anos depois, na esteira dos estudos do processo de trabalho e práticas sindicais. Penso que à diferença do que foi tentado por essa primeira geração, o que vai acontecer depois da repressão, depois do Golpe, depois da reconstrução do Departamento, é a ausência de uma instituição catalizadora, que una diferentes abordagens num projeto intelectual e de investigação. Em algum momento, o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (o NEDIC, posteriormente CENEDIC) quis ser (ou poderia ter sido) tal instituição. Mas não era exclusiva ou exatamente de sociologia do trabalho que tratava a sua agenda; não eram os estudos do trabalho que estavam no centro desta. Até porque eram outros os desafios analíticos que se colocavam para esta nova geração de intérpretes. E se a análise do trabalho se revestiu, ali, de forma fortemente inovadora, os seus autores não se subsumiam fácil ou exclusivamente na classificação de sociólogos de trabalho.

**José Ricardo:** Para você fechar, fala um pouco do que você acha que mudou na pauta da sociologia do trabalho do início da ALAST para agora, aqui no Brasil e também com relação à América Latina, como é que você avalia isso?

**Nadya:** A ALAST teve, a este respeito, um outro papel destacado: quando se põe pessoas em contato intelectual, produz-se fertilização recíproca nas agendas. E a ALAST propiciou esse movimento de fertilização recíproca. Temas que não tinham grande presença entre nós, passam a ter; elementos da nossa agenda passam a ser interessantes também como perguntas que colegas passam se colocar em outros espaços.

Observe, por exemplo, a estrutura do último (VII) Congresso da ALAST, realizado em São Paulo. Nela, o que mais me chamou atenção foi o fato de que era impossível estabelecer grandes temas transversais. Foi divertida a discussão que levamos quando da organização do Congresso – e vocês estiveram em torno disso. A amplitude do título do Congresso dá a exata medida da incapacidade, muito fértil, de estabelecer um único eixo. Não há um eixo! Hoje temos uma multiplicidade de eixos temáticos que integram os pesquisadores. Se você voltar à ALAST de 1993, ela tinha temas; e era muito fácil descrevê-la. Houve uma discussão sobre os locais de trabalho, processo de trabalho, formas de controle nos locais de trabalho. Havia uma discussão sobre

organização coletiva, ação sindical. Havia uma discussão sobre a questão de gênero e desigualdade. Começava a brotar, mas, na verdade, vai se exprimir apenas em 1996 uma discussão sobre a questão de raça e trabalho, etnia e trabalho. Quero com isso dizer que, naquele momento, ainda era possível resumir os debates em um punhado de temas. Como não estive no Congresso, realizado (por segunda vez) no México, e como tampouco estive no Congresso de Cuba, não saberia ser tão enfática sobre o que neles se passou a esse respeito. Mas, estive no Congresso do Uruguai, e estive no Congresso de Buenos Aires. Em nenhum dos dois vemos o que foi possível apreciar em São Paulo, quando do último Congresso. Ele foi impactante pela amplitude da agenda que trouxe a debate. É impossível traduzir, hoje, em dois ou três temas, a agenda da ALAST. Isso é o primeiro ponto.

Há um segundo ponto que destacaria: qualquer que seja o tema nessa lista das grandes prioridades da agenda, ele é hoje tocado sempre a múltiplas mãos. Você vai encontrar gente – e isso é fantástico – de uma pequena universidade do interior do Chile trabalhando o seu tema! Se você comparar com o que acontecia em 1993, em 1996, acorriam à ALAST os pesquisadores sediados em grandes universidades, os pesquisadores mais consagrados e conhecidos, provenientes dos grandes centros, dos “grandes países”. Não é isso o que vemos hoje. Há uma profusão de instituições onde pessoas conduzem estudos sobre o trabalho, e os trazem para a discussão na ALAST. Chegando à ALAST se deixam influenciar pela discussão que ali tem lugar, levando-a de volta a seus locais. Isso é notável porque produz redes com outras magnitudes. Ou seja, estamos diante de uma questão de escala, que afeta a interação entre os pesquisadores e, por extensão, a construção da agenda. Assim fazendo, produz-se um movimento cumulativo e virtuoso de mais incorporação institucional. Este é um movimento – e não sei se estou sendo muito Poliana – que adquiriu um moto próprio, que já não se pode parar. Dizendo-o de outro modo, já não consigo pensar como a ALAST entraria em crise, como lhe poderia suceder uma *débâcle* institucional. Houve tempos em que tememos uma *débâcle* da ALAST por força desse seu movimento entre países, nesse permanente processo de ir para cá e para lá a cada três anos... Já não consigo visualizar este horizonte, tal o enraizamento da ALAST na América Latina.

## NOTAS

- 1 A entrevista foi concedida por Skype e posteriormente revista. Nadya Araújo Guimarães estava em Brasília, em pesquisa de campo, interrompida para essa nossa conversa.